



## **17 DE JUNHO DE 2011**

### **Sexta - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **BALANÇA DO PR TEM PIOR DÉFICIT EM 22 ANOS**
- **BRF TERÁ 30 DIAS PARA PROPOR ACORDO AO CADE**
- **APESAR DE RECORDE, ARRECADAÇÃO DIMINUI RITMO**
- **CONSTRUÇÃO DE USINAS TERÁ REGRAS AMBIENTAIS**
- **SENADO APROVA PROJETO DE LEI SOBRE EMPRESA INDIVIDUAL**
- **FUNCIONÁRIOS DA BOSCH ENTRAM EM GREVE POR TEMPO INDETERMINADO**
- **RECEITA SÓ RECEBEU 32% DAS DECLARAÇÕES DE IR DE EMPRESAS**
- **CONSÓRCIO TAV BRASIL MUDA PARA DISPUTAR TREM-BALA**
- **INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CHEGARAM A R\$ 199,5 BI**
- **MICRO E PEQUENAS EMPRESAS AINDA PODEM APRESENTAR PROJETOS**
- **CHINA PODE LEVAR NOVA ENCOMENDA DA VALE**
- **VINCI CAPTA FUNDO DE US\$ 1,4 BI PARA INVESTIR EM EMPRESAS**
- **STF ADIA ANÁLISE DE AÇÃO CONTRA EMENDA DOS PRECATÓRIOS**
- **CNI QUER URGÊNCIA EM REGULAMENTAR TERCEIRIZAÇÃO**

<b>Câmbio</b> Em 17/06/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,596	1,598
<b>Euro</b>	2,281	2,284

Fonte: BACEN

## Balança do PR tem pior déficit em 22 anos

17/06/2011- Gazeta do Povo

O saldo da balança comercial paranaense nos cinco primeiros meses de 2011, que ficou negativo em US\$ 453 milhões, é o pior para esse período em pelo menos 22 anos, quando teve início a série histórica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Desde então, o estado havia acumulado déficit comercial no intervalo entre janeiro e maio apenas uma vez – em 2001, quando o saldo ficou negativo em US\$ 189 milhões.

É fato que, de 2008 para cá, as importações superaram as exportações em vários meses. Mas a primeira metade do ano, quando é escoada grande parte da safra agrícola, costumava ser de gordos superávits. Nos cinco primeiros meses de 2010, por exemplo, as vendas ao exterior haviam desbancado as compras em US\$ 535 milhões. Em anos anteriores, o superávit no período ficava quase sempre acima de US\$ 1 bilhão, chegando a beirar US\$ 2 bilhões em meados da década passada.

## Petróleo e industrializados têm os maiores rombos

O maior descompasso entre importações e exportações no Paraná é o da categoria de combustíveis minerais, que acumula déficit de US\$ 915 milhões no ano. Isso porque o estado praticamente não exporta combustíveis e, por outro lado, compra muito petróleo bruto da Nigéria para ser processado na refinaria da Petrobras, em Araucária,

na região metropolitana de Curitiba. Na sequência, as categorias mais deficitárias do estado são as de máquinas e equipamentos mecânicos, com saldo negativo de US\$ 859 milhões; veículos e peças (US\$ 591 milhões); e aparelhos e materiais elétricos (US\$ 581 milhões). O déficit conjunto desses três grupos de industrializados passa de US\$ 2 bilhões.

Por causa das peculiaridades da estrutura produtiva do Paraná, alguns desses grupos são deficitários "por natureza". Mas esse nem sempre foi o caso dos grupos de equipamentos mecânicos e veículos, que eram superavitários até 2006 e 2008, respectivamente.

Assim como ocorreu em vários outros segmentos industriais, os fabricantes desses produtos passaram a ter mais dificuldades para exportar, por causa da valorização do câmbio, ao mesmo tempo em que o vigoroso consumo interno e o barateamento do dólar seguem estimulando a importação de componentes e mesmo de produtos acabados. (FJ)

### **Importação de automóveis argentinos despensa 42%**

A entrada de automóveis argentinos no Brasil caiu 42% de abril para maio, passando de US\$ 403 milhões para US\$ 232 milhões, segundo a base de dados do MDIC. Desde meados do mês passado, a importação de carros está submetida a um regime de licenças não automáticas, cuja liberação é mais lenta.

Teoricamente válida para todos os parceiros comerciais, a medida do governo brasileiro foi vista como uma retaliação a medidas protecionistas da Argentina. Os números do MDIC parecem confirmar essa tese: a queda na entrada de carros argentinos foi bem mais forte que a observada nas importações totais de automóveis feitas pelo Brasil, que recuaram 12% de abril para maio, somando US\$ 1,016 bilhão.

A perda de espaço da Argentina fica mais evidente quando se observam os dados relativos aos carros fabricados no México, cujas importações aumentaram 4% em maio, para US\$ 150 milhões. (FJ)

O desempenho deste ano reforça as evidências de que, mesmo batendo recordes, os embarques paranaenses de produtos básicos e semimanufaturados – como soja em grão, carnes e açúcar – têm dificuldade cada vez maior em suplantar as importações de petróleo, adubo e, principalmente, produtos industrializados. Ao todo, o estado exportou quase US\$ 6,5 bilhões de janeiro a maio, um faturamento inédito, 24% maior que o dos cinco primeiros meses de 2010. A expansão das importações, porém, foi bem mais forte: elas cresceram 48%, atingindo pouco mais de US\$ 6,9 bilhões.

Entre os manufaturados que o Paraná traz de outros países destacam-se veículos e suas peças, em especial fabricados na Argentina, México e Alemanha; e uma miríade de produtos chineses, entre eles aparelhos de ar condicionado, telas de computador, circuitos integrados, ferramentas elétricas, lâmpadas, pneus e eletrodomésticos de todo tipo. Grande compradora de soja e frango, a China é hoje o principal parceiro

comercial do Paraná, respondendo por 16% das transações do estado com outros países – há dez anos, a participação chinesa não chegava a 2%.

## **Volta ao passado**

A predominância de produtos primários na pauta de exportação e de industrializados na ponta importadora não é exclusividade do Paraná. Trata-se de uma tendência que fica mais nítida a cada ano em todo o Brasil. Por sinal, o país só não registra déficits comerciais com tanta frequência porque, além de soja, também exporta muito minério de ferro e petróleo, insumos que não são produzidos no Paraná.

O perfil do comércio exterior incomoda a maior parte da indústria. Para o economista Roberto Zürcher, da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Paraná e Brasil estão “voltando aos tempos de colônia”. “Muito do que é importado poderia estar sendo fabricado aqui. Temos um alívio nas exportações porque as commodities agrícolas estão com bons preços, e assim devem continuar. Mas poderíamos agregar muito mais valor a essa matéria-prima antes de exportá-la”, avalia Zürcher. Para ele, o governo federal deveria taxar a exportação de commodities, de forma a estimular sua industrialização.

Rodolfo Coelho Prates, professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo, avalia que a tendência de crescimento dos embarques de produtos primários não é reversível no curto prazo. “Estamos comprando de onde é mais barato. Com nosso câmbio valorizado e o da China permanentemente desvalorizado, nosso poder de compra lá fora está muito grande. Isso faz muitas empresas substituírem nacionais por importados, o que cedo ou tarde prejudicará o nível de emprego no país”, alerta.

## **Política industrial**

Para Prates, taxar as vendas de produtos básicos seria perigoso, por limitar uma grande fonte de recursos externos. “Em vez disso, o governo pode abandonar a flutuação do câmbio e passar a fixar uma taxa mais adequada à indústria. Mas o fundamental é adotar uma verdadeira política industrial, algo que não temos há três décadas. Até hoje, política industrial no Brasil não passa de retórica”, critica.

## **BRF terá 30 dias para propor acordo ao Cade**

17/06/2011- Gazeta do Povo

A BRF Brasil Foods terá um prazo de 30 dias, contados a partir de anteontem, data do adiamento do julgamento do caso na sessão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para apresentar uma proposta de acordo com a autarquia. A reportagem apurou que o acerto desse prazo maior – e que ainda pode ser estendido – foi feito entre as partes no momento em que a empresa, fruto da fusão entre Sadia e Perdigão, se propôs a apresentar uma nova oferta para o órgão antitruste, na semana passada. As primeiras sugestões da companhia foram refutadas pelo relator do processo, conselheiro Carlos Ragazzo.

Assim, a perspectiva de que o caso possa ser retomado na próxima sessão, em 29 de junho, caiu por terra. Como dois conselheiros (incluindo o presidente do conselho,

Fernando Furlan, primo do presidente da Sadia) estão impedidos e um terceiro estará na Europa, não haveria quórum suficiente para apreciar o caso. O Cade conta com sete membros e é necessária a presença de pelo menos cinco deles durante qualquer julgamento.

Independentemente da confirmação do número mínimo de conselheiros para o julgamento, o fato é que jamais houve expectativa de que houvesse um desfecho para o caso BRF ao fim deste mês. Pelos trâmites normais, sem contar com essa dilatação do prazo para a elaboração da proposta de acordo, o processo seria reencaminhado ao Cade na próxima sessão, dia 29. Nesse dia, o conselheiro Ricardo Ruiz, que está agora à frente do caso porque pediu vista dos autos e concedeu o adiamento, poderia pedir um novo prazo.

O Cade ficou alguns meses sem o número mínimo de integrantes e isso fez com que o limite de tempo que a autarquia teria para julgar a fusão fosse zerado. Com isso, o Cade ganhou tempo para apreciar o processo com calma.

### **“Orquestração”**

Muitos advogados da área avaliaram, na quarta, que toda a operação do Cade nesse processo – desde a rejeição do relator até a sinalização de Ruiz de que também deveria reprovar o negócio, no momento em que pediu vista dos autos – não passou de uma “orquestração” para pressionar a empresa a ceder. Na própria quarta-feira já foi feito o primeiro contato entre as partes para essa nova fase de negociação. Pela manhã, houve o adiamento e, logo após o almoço, representantes da empresa se reuniram com Ruiz.

A BRF lançou uma estratégia de não comentar os assuntos ligados ao julgamento do órgão antitruste a fim de evitar maiores oscilações das suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). No primeiro dia do julgamento, em 8 de junho, as ações da companhia desabaram com a sinalização negativa para a fusão. A BRF, agora, busca recuperar as perdas com o prazo para o acordo.

## **Apesar de recorde, arrecadação diminui ritmo**

17/06/2011- Gazeta do Povo

A entrada de recursos nos cofres da Receita Federal registrou, no mês passado, novo recorde para meses de maio, totalizando R\$ 71,53 bilhões. Descontada a inflação, o resultado representou queda de 16,4% ante abril, mas foi 7,2% maior do que registrado em maio de 2010. No acumulado do ano, a arrecadação somou R\$ 382,88 bilhões, com alta de 10,7% em relação a igual período do ano passado.

No entanto, o crescimento da arrecadação vem perdendo fôlego desde o início do ano – em janeiro, a alta em relação a igual mês de 2010 havia sido de 15,3%. Para o secretário da Receita, Carlos Alberto Barreto, a expansão da arrecadação deve se estabilizar em torno de 10% neste ano.

Segundo ele, os resultados dos meses anteriores sinalizavam uma expansão maior devido à influência da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) referentes aos bons desempenhos das empresas no ano passado.

“Eu diria que o comportamento da arrecadação tem se ajustado dentro do esperado, com crescimento menor do que nos outros meses”, acrescentou Barreto. “O crescimento econômico não está no mesmo ritmo que vinha. A arrecadação de maio já tem influência dessa desaceleração.”

### **Crédito e especulação**

Os dados da Receita mostram que a decisão do governo de elevar para 3% ao ano, a partir de abril, a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações de crédito da pessoa física ainda não foi suficiente para inibir o consumidor. Já o aumento do IOF para 6% sobre investimentos estrangeiros em renda fixa, a partir de outubro de 2010, ajudou a conter a entrada de capital especulativo no país.

O recolhimento do tributo sobre operações de crédito da pessoa física subiu 52,5% em maio em relação ao mesmo mês do ano passado. Na prática, chegou a haver queda na quantidade de operações, mas não no nível esperado pelo governo. Por outro lado, o pagamento de IOF nas operações de câmbio (entrada de moeda estrangeira no país) subiu apenas 1,55% neste ano. “Está surtindo efeito, considerando que a alíquota triplicou e o valor arrecadado foi quase o mesmo”, destacou o técnico.

### **Construção de usinas terá regras ambientais**

17/06/2011- Gazeta do Povo

Representantes do ramo energético elogiaram, ontem, a criação do Protocolo de Avaliação de Sustentabilidade Hidrelétrica, documento elaborado para ajudar países que não tenham regras claras na construção de usinas hidrelétricas. O lançamento ocorreu durante o Congresso Mundial da Associação Internacional de Hidreletricidade (IHA, na sigla em inglês), em Foz do Iguaçu.

Entidades avaliaram o documento como uma opção para aliar desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente. “Pela primeira vez, as questões de governança, transparência, integridade e responsabilidade foram abordadas por um protocolo. Isso deve facilitar significativamente a sustentabilidade em etapas do projeto de uma usina”, afirmou o conselheiro sênior da Transparência Internacional, Donald O’Leary.

### **Nova linha de transmissão começa a sair do papel**

Quase dois anos depois de um acordo binacional, será assinada hoje em Foz do Iguaçu, no Oeste do estado, a ordem de serviço para as obras que integram o projeto de construção da linha de transmissão de energia de 500 kV entre a hidrelétrica de Itaipu e Assunção, no Paraguai. Além dos diretores da binacional, Jorge Samek e Gustavo Codas, a cerimônia também será acompanhada pelo presidente paraguaio, Fernando Lugo.

As obras desta primeira fase envolvem a ampliação da subestação da Margem Direita de Itaipu, no país vizinho, e a construção da subestação de Villa Hayes, próxima à capital paraguaia. Financiado quase que integralmente pelo Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), o

investimento está calculado em cerca de US\$ 400 milhões. A previsão é que o novo sistema comece a operar já a partir de 2012.

*Fabiula Wurmeister, da sucursal*

O protocolo pode ser utilizado durante todas as fases de desenvolvimento do projeto de energia hidrelétrica e foi projetado para ser uma ferramenta que avalie a sustentabilidade de projetos hidrelétricos em todo o mundo. "Quem está planejando a construção de uma usina agora ganha um mecanismo de autoavaliação. É uma ferramenta que pode ser aplicada para que os projetos se tornem mais sustentáveis e chamem a atenção de investidores", analisou David Harrison, conselheiro sênior de Água Doce do The Nature Conservancy.

O IHA também anunciou os oito primeiros parceiros do protocolo – incluindo a Itaipu Binacional –, que terão o papel de promover a melhora contínua do desempenho das hidrelétricas sob o viés da sustentabilidade. "Saúdo calorosamente esses nossos parceiros, que demonstraram visão e liderança em dar os primeiros passos para a implementação desta ferramenta", ressaltou o presidente da IHA, Refaat Abdel-Malek.

O diretor do Ministério de Desenvolvimento da Energia e da Água da Zâmbia, Israel Phiri, ressaltou a importância de ter métodos de avaliação da sustentabilidade dos projetos. "Temos, em meu país, um enorme potencial hidrelétrico e precisávamos aprimorar as nossas diretrizes do setor. Criamos na Zâmbia nosso próprio protocolo, que agrupa requisitos das instituições financeiras que investem em usinas. Como temos nossas próprias diretrizes, estamos sendo procurados por investidores que sabem que nossos projetos atendem às necessidades ambientais", salientou. "Temos especial interesse no desenvolvimento sustentável e sabemos que os parceiros agora têm protocolos de sustentabilidade. Isso facilita os empréstimos e financiamentos de usinas hidrelétricas", destacou Funika Domo, do Banco Mundial de Desenvolvimento.

*O repórter viajou a convite da Itaipu Binacional.*

### **Copel entra como sócia em eólicas no Nordeste**

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) anunciou ontem a aquisição de 49,9% da participação acionária de quatro parques eólicos no Rio Grande do Norte, pertencentes à empresa Dreen Brasil Investimentos e Participação S/A, do grupo Galvão Energia. A estatal não divulgou o valor do negócio.

A participação nos parques Farol, Olho d'Água, São Bento do Norte e Boa Vista vai adicionar 94 megawatts (MW) ao portfólio de geração eólica da companhia paranaense, até então limitado a 2,5 MW.

Os parques eólicos estão em fase de implantação e vão fornecer energia negociada no 2.º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em agosto de 2010. A concretização do negócio ainda depende de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Essa é a segunda investida da Copel na geração de energia elétrica usando o vento. A empresa é proprietária do parque eólico de Palmas (Sudoeste do estado), o primeiro a

entrar em operação no Sul do país, em 1999. Segundo o Atlas do Potencial Eólico do Paraná, se o estado aproveitasse tudo o que os ventos lhe oferecem, poderia instalar 3.375 MW em parques eólicos.

## Senado aprova projeto de lei sobre empresa individual

17/06/2011- Gazeta do Povo

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de lei que trata da empresa individual de responsabilidade limitada e acaba com a obrigatoriedade de haver dois sócios na constituição de uma empresa. O projeto segue agora para sanção presidencial. Pelo texto, fica criada no Código Civil a figura do "empresário individual de responsabilidade limitada". Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas suas dívidas, sem a possibilidade de se confundir com o patrimônio da pessoa que a constitui – com base em sua declaração anual de bens. O texto aprovado pelos senadores prevê que a nova empresa jurídica tenha um patrimônio mínimo integralizado de pelo menos 100 salários mínimos (R\$ 55 mil). A empresa individual de responsabilidade limitada só será obrigada a honrar dívidas no limite de 100 mínimos, ficando o patrimônio pessoal do empresário protegido.

## Funcionários da Bosch entram em greve por tempo indeterminado

17/06/2011- Gazeta do Povo

Os metalúrgicos e os funcionários do setor administrativo da fábrica da **Bosch**, no bairro **Cidade Industrial**, em **Curitiba**, não aceitaram a nova proposta da empresa e entraram em [greve por tempo indeterminado](#) nesta sexta-feira (17). Os trabalhadores do 1º. e 3º. turnos rejeitaram a proposta, por unanimidade, na assembleia realizada na porta da fábrica no início da manhã desta sexta. Os colaboradores do 2o. turno serão informados sobre a decisão da maioria.

De acordo com o **Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC)**, o prazo legal de 48 horas do aviso sobre a greve foi aprovado na quarta-feira (15) e a paralisação teve início já nesta sexta-feira.

A Bosch ofereceu Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no valor de R\$ 4,8 mil para cumprimento de 100% da metas. A primeira parcela seria de R\$ 4,2 mil e o pagamento ocorreria em julho.

A categoria reivindica PLR de R\$ 9 mil, com a primeira parcela de R\$ 5 mil.

A fábrica da Bosch produz bombas injetoras para sistemas a diesel e conta com 4,6 mil funcionários (3,6 mil na produção e mil no setor administrativo).

Uma nova assembleia na Bosch ocorrerá na segunda-feira (20), às 5h30, na porta da fábrica.

A assessoria de imprensa da Bosch informou, por meio de nota oficial, que a proposta de PLR está coerente com a situação do mercado. Segundo a empresa, a fábrica de Curitiba é pressionada pela valorização do real frente ao dólar e também pelo aumento do preço das matérias-primas.

“A empresa respeita a liberdade de manifestação de seus colaboradores, porém, considera que não haveria necessidade dessa ação, uma vez que se mantém aberta ao diálogo com Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba”, afirmava a nota da Bosch.

## **CNH**

Os trabalhadores da **Case New Holland (CNH)** - que também tem fábrica no bairro Cidade Industrial - aceitaram a proposta da empresa e descartaram a possibilidade de greve.

Na CNH, a empresa negociou um pacote de benefícios com o sindicato.

Os metalúrgicos irão receber PLR de R\$ 9 mil no caso de cumprimento de 100% das metas. A primeira parcela será de R\$ 5 mil e o pagamento ocorrerá em junho.

Os trabalhadores terão aumento real de 2,5% nos salários na data-base e também abono salarial de R\$ 3 mil. O pagamento do abono ocorrerá em dezembro e será feito uma parcela única.

A CNH produz colheitadeiras e tratores e conta com aproximadamente 1,8 mil funcionários.

## **Receita só recebeu 32% das declarações de IR de empresas**

17/06/2011- O Estado do Paraná

A Receita Federal recebeu até agora 372.928 declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2011, conhecida também como Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. O número representa pouco mais de 32% do total esperado este ano (1,138 milhões).

Segundo o supervisor nacional do Imposto de Renda, Joaquim Adir, todas as pessoas jurídicas estão obrigadas a entregar o documento, exceto as que fazem parte do Simples Nacional e as empresas inativas, que já entregaram a declaração. Para a transmissão, é obrigatória a assinatura digital do documento, mediante a utilização de certificado digital válido.

As declarações devem ser geradas por meio de programa de computador disponível no site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br). O prazo começou no dia 2 de maio e termina às 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 30 de junho.

“Normalmente, as pessoas jurídicas deixam para os últimos dias. Mas cabe o alerta de que faltam agora apenas duas semanas e até agora a Receita Federal recebeu pouco mais de 32% das declarações”, alertou Adir.

A entrega fora do prazo ou a declaração com incorreções ou omissões acarreta multa de 2% ao mês incidente sobre o valor do imposto, sendo que o mínimo não poderá ser inferior a R\$ 500.

## Consórcio TAV Brasil muda para disputar trem-bala

17/06/2011- O Estado do Paraná

O Consórcio TAV Brasil, inicialmente conhecido como o grupo coreano que disputará a licitação do trem-bala entre Rio, São Paulo e Campinas, poderá ter o reforço de um sócio financeiro. A empresa assinou um compromisso com um fundo de investimento criado pela EDLP (Estação da Luz Participações), que deverá ser gerido pelo Credit Suisse.

O negócio ainda dependerá da conclusão de uma espécie de "due diligence" (auditoria) no projeto de engenharia do empreendimento. O fundo já está em fase de road show pelo mundo para captar investidores para o projeto, que custará oficialmente cerca de R\$ 33 bilhões. Procurado, o presidente da EDLP não quis se pronunciar. "Se o negócio for concretizado, será um grande avanço para fazermos nossa proposta", afirma o presidente da Trends, Paulo Benites, representante do consórcio.

A expectativa é de que a entrega dos lances para o trem-bala ocorra no dia 11 de julho e a abertura dos envelopes, no dia 29, conforme o calendário do governo. No início, até a primeira prorrogação em dezembro do ano passado, o TAV Brasil contava com 12 empresas coreanas e 9 brasileiras (CR Almeida, Constran, Engesa, UTC e SA Paulista, entre outras).

Com os adiamentos, algumas companhias desistiram do processo, especialmente as coreanas. Hoje o consórcio está equilibrado: nove companhias brasileiras e nove coreanas. Mas a tendência é ele ficar mais nacional.

Nos últimos meses, desde o último adiamento, o grupo está em busca de novos investidores, afirmam fontes ligadas ao processo. Já houve até reuniões entre o consórcio e as cinco maiores construtoras do Brasil que estão estudando o TAV (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, OAS e Queiroz Galvão). Por enquanto, não houve nenhum acordo. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

## Investimentos da indústria de construção chegaram a R\$ 199,5 bi

17/06/2011- O Estado do Paraná

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou um aumento de 11,6% no número de empresas ativas ligadas à indústria da construção civil em 2009. No ano, foram registradas 64 mil empresas ativas, com uma ou mais pessoas ocupadas, que empregavam cerca de 2 milhões de pessoas. Em 2008, eram 57 mil empresas.

Juntas, essas empresas fizeram investimentos (incorporações, obras e serviços) no valor de R\$ 199,5 bilhões, registrando crescimento, em termos reais, de 12,1% na comparação com 2008. Em contrapartida, a receita operacional líquida avançou 12% em termos reais entre 2008 e 2009, passando de R\$ 154,6 bilhões para R\$ 189 bilhões. Os dados fazem parte da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) 2009, divulgada nesta sexta-feira (17) pelo IBGE.

Excluindo-se as incorporações, o valor das obras e dos serviços da construção atingiu R\$ 193,7 bilhões. Desse montante, R\$ 85,5 bilhões vieram das obras contratadas por

entidades públicas, que representaram 44,1% do total das construções, participação ligeiramente maior do que a verificada em 2008 (43,2%).

De acordo com o estudo, o gasto total com pessoal ocupado correspondeu a 30,3% do total dos custos e das despesas das empresas do setor, resultado superior à participação das empresas em 2008, base da comparação da pesquisa, que foi de 29,2% do total dos investimentos.

Somente com pessoal, foram gastos R\$ 48,3 bilhões, dos quais R\$ 31,8 bilhões foram utilizados para pagamento dos salários dos trabalhadores, retiradas e outras remunerações.

## Micro e pequenas empresas ainda podem apresentar projetos

17/06/2011- O Estado do Paraná

Micro e pequenas empresas prestadoras de serviços de Curitiba ainda podem preencher o formulário de solicitação de aptidão e desenvolver projetos de investimento com uso do incentivo (projetos de até R\$ 40 mil) disponibilizado pelo Programa ISS Tecnológico, coordenado pela Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A.

Dos R\$ 7 milhões disponíveis para aplicação em projetos com uso do incentivo em 2011, R\$ 465 mil ainda estão à disposição para investimentos que contemplem a modernização das empresas, através da aquisição de equipamentos (exceto veículos), aquisição de softwares, livros técnicos e periódicos, capacitação de recursos humanos, serviços de consultoria, despesas com viagens e diárias, além de investimento na infra-estrutura física de cada empresa.

"O objetivo do programa ISS Tecnológico é incentivar o crescimento das empresas através da modernização de sua base tecnológica, o que estimula consequentemente, a expansão dos negócios e fomentam a economia da cidade, gerando emprego e renda para a população", afirma Gilberto Camargo, diretor-presidente da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A. "As empresas passam a ter a oportunidade de modernizar sistemas, ser mais competitivas e leva a um aumento sistemático do faturamento e da empregabilidade", afirma Camargo.

De janeiro a junho deste ano foram protocoladas 279 propostas ao ISS Tecnológico através das quais, as empresas verificam se estão aptas a participar do programa e qual o valor que podem dispor para investimento. Os pedidos são avaliados pela Secretaria de Finanças, que verifica se a empresa apresenta recolhimento regular do ISS à Prefeitura e se tem crescimento real da arrecadação desse imposto.

### Processo

Para participar do programa os empresários devem comprovar recolhimento regular do ISS e apresentar crescimento real anual do tributo. As empresas que tem recolhimento anual inferior a R\$ 360 mil podem ter um incentivo de até 50% do ISS recolhido no ano anterior. Já para as empresas que apresentam recolhimento superior a esse valor o incentivo pode ser de até 20%. Além disso, 80% do valor do incentivo, obrigatoriamente, devem ser aplicados dentro do município.

"O ISS Tecnológico é um programa inovador de incentivos fiscais porque estimula as empresas a modernizar sistemas, ser mais competitivas e leva a um aumento

sistemático do faturamento e da empregabilidade”, afirma Manoel Barcelos, diretor administrativo-financeiro da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A.

“O programa forma um círculo virtuoso, porque os recursos do incentivo fiscal não saem da cidade. As empresas são obrigadas a usar pelo menos 80% do valor para adquirir produtos e serviços de empresas de dentro da base do município. O foco é fomentar e incentivar o crescimento das empresas que estão instaladas em Curitiba através da modernização da base tecnológica, e com isso elas expandem seus negócios aquecendo, conseqüentemente a economia da cidade, gerando mais emprego e renda para a população”, acrescenta Barcelos.

De 2005 até hoje, além dos R\$ 49,5 milhões disponibilizados pela Prefeitura de Curitiba, incentivando 637 empresas prestadoras de serviços, R\$ 13 milhões foram aplicados pelas próprias empresas nos projetos do ISS Tecnológico.

Estudos realizados apontam que o impacto do programa em empresas que utilizam esta ferramenta é de um aumento significativo no faturamento e no crescimento das corporações. São 18,4% de variação do crescimento do faturamento das empresas incentivadas.

### **Evolução do número de projetos aprovados no ISS**

Ano	Incentivo	Projetos Aprovados
2005	R\$ 2,5 milhões	54
2006	R\$ 8 milhões	99
2007	R\$ 5,5 milhões	51
2008	R\$ 11 milhões	157
2009	R\$ 7 milhões	141
2010	R\$ 5,5 milhões	67
2011	R\$ 7 milhões	68*

\*até junho de 2011

### **Programa ISS Tecnológico**

O programa ISS Tecnológico é uma ação municipal de incentivo fiscal da prefeitura de Curitiba que tem como objetivo, fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico no município, permitindo a dedução do pagamento do Imposto sobre Serviços (ISS). O programa é destinado às empresas prestadoras de serviços estabelecidas na cidade e, é disciplinado, pela Lei Complementar nº 39/01 e pelo Decreto nº 646/2011. A Comissão é composta pelas instituições e pelos órgãos determinados pelo Decreto Municipal 646/2011, tendo seus representantes nomeados por ato do chefe do executivo.

Curitiba é pioneira na utilização do ISS Tecnológico como um atrativo inovador na estratégia de incentivo ao desenvolvimento das empresas e atração de novos investimentos para a cidade. "O ISS Tecnológico é de extrema importância na modernização e desenvolvimento das empresas aumentando sistematicamente o faturamento e a empregabilidade, tornando as empresas instaladas aqui mais competitivas no mercado", afirma Fabiano Reimann, gestor do programa ISS Tecnológico.

Informações no site da prefeitura [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br) (passo a passo para solicitação de aptidão das empresas) ou pelo site da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A [www,agenciacuritiba.com.br](http://www.agenciacuritiba.com.br) ou pelo telefone: (41) 3221 9932.

## China pode levar nova encomenda da Vale

17/06/2011- Valor Econômico

Uma concorrência aberta pela Vale para a construção de embarcações fluviais, pacote estimado pelo mercado em US\$ 300 milhões, está preocupando a indústria naval nacional, que teme perder a encomenda para China e Argentina. A empresa lançou licitação internacional para contratar 128 barcas e 8 empurradores, comboios que vão operar na hidrovía Paraná-Paraguai. No meio empresarial e no governo circulam informações segundo as quais a Vale poderá contratar as embarcações com chineses e argentinos uma vez que as cotações dos estaleiros nacionais estão mais altas, na comparação com os estrangeiros, em função da taxa de câmbio e do preço doméstico do aço.

A Vale nega que tenha tomado decisão sobre o assunto. Consultada, a empresa disse, na terça-feira, que está fazendo apenas cotações e que não há definição em relação a novas encomendas. Ontem, ao ser perguntada novamente sobre o tema, a mineradora informou que ainda não concluiu as análises comerciais, etapa necessária para encaminhar as negociações com os estaleiros. Fontes do setor dizem, porém, que o processo avançou e que a Vale está prestes a tomar a decisão final.

O problema agora é preço e não prazo, como ocorreu em 2008, quando a empresa tentou encomendar a construção de navios de grande porte nos estaleiros nacionais e não conseguiu. Em agosto de 2008, a Vale assinou contrato com estaleiro chinês para construção de 12 navios de grande porte (400 mil toneladas cada um). A encomenda motivou polêmica e opôs o ex-presidente da mineradora Roger Agnelli com o setor naval e com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agora o governo acompanha a situação.

Segundo fontes próximas às negociações, o governo teria feito gestões junto à siderurgia nacional para tentar redução de preços das chapas de aço vendidas aos estaleiros para construção das barcas. A redução final no preço das barcas nacionais, porém, teria sido muito pequena. Em nota, o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), Ariovaldo Rocha, disse que a entidade defende a contratação, em estaleiros brasileiros, de todas as encomendas de embarcações necessárias às empresas nacionais, como a Vale, quem considerou um importante cliente do setor.

Rocha disse que a mineradora está recebendo embarcações para transporte fluvial construídas em estaleiro no Pará e que, portanto, existem no país as condições

técnicas para que esses navios sejam construídos no Brasil. Ele reconheceu que o preço do aço e a valorização do real são fatores que reduzem a competitividade da construção naval brasileira e exigem atenção da política industrial do governo. O **Valor** apurou que na próxima semana a diretoria do Sinaval tem reunião prevista com o ministro do Desenvolvimento (Mdic), Fernando Pimentel.

Fabio Vasconcellos, diretor comercial do estaleiro Rio Maguari, do Pará, disse que o preço do aço naval no Brasil e o real valorizado, além do custo da mão de obra chinesa, deixam os estaleiros nacionais em desvantagem competitiva frente aos estaleiros chineses. Nessa concorrência, os argentinos também levam vantagem no quesito localização, uma vez que não vão ter o custo de transporte dos comboios para operar na hidrovia Paraná-Paraguai.

Vasconcellos afirmou que o Rio Maguari tem contrato em andamento com a Vale para a construção de 32 barcaças, que já se encontram na Argentina, e de dois empurradores fluviais, que estão sendo lançados hoje à água e devem ser entregues em 60 dias. A Vale afirmou que nos últimos dois anos encomendou 51 embarcações a estaleiros nacionais, entre rebocadores, comboios fluviais e catamarãs. O investimento nesse pacote, segundo a empresa, é de R\$ 403,9 milhões.

## Vinci capta fundo de US\$ 1,4 bi para investir em empresas

17/06/2011- Valor Econômico

A Vinci Partners, gestora de recursos do ex-banqueiro Gilberto Sayão, acaba de concluir a captação de um fundo para compra de participações em empresas de US\$ 1,4 bilhão. Foi com recursos desse fundo que a gestora fechou, nesta semana, a constituição de uma sociedade com a americana Burger King para criar a master franqueadora da rede de fast food no país. Embora o mais barulhento, o negócio já é o terceiro do fundo.

Esse é o primeiro fundo de private equity da casa, fundada em 2009, mas não uma novidade para seus sócios, que até hoje fazem a gestão do fundo dos antigos sócios do banco Pactual, o PCP (Pactual Capital Partners), em fase de desinvestimento, com as ofertas iniciais de ações em curso da Inbrands, de moda, e da LG Agronegócios.

"Era para ser um fundo de US\$ 1 bilhão, mas a demanda foi maior que a esperada", comenta Alessandro Horta, sócio responsável pela área de private equity na Vinci. Surpreendente foi a procura de famílias brasileiras dispostas a colocar recursos num fundo com prazo de duração previsto em contrato de dez anos. "Não sabíamos que existia esse dinheiro de longo prazo no Brasil", diz Horta.

Juntas essas famílias endinheiradas colocaram cerca de US\$ 300 milhões no fundo, praticamente o mesmo valor do capital próprio comprometido pelos sócios da gestora. A maior parte do dinheiro veio de investidores institucionais do exterior - e até algumas famílias. A colocação externa foi conduzida pelo Credit Suisse.

Além da transação da Burger King, o Vinci Capital Partners II já nasce com outros dois investimentos. Um deles, a compra, ao lado de Gávea e Kinea, de 47,2% do capital da empresa de locação de carros e terceirização de frotas Unidas, por R\$ 300 milhões. Cada um dos três fundos colocou R\$ 100 milhões no negócio, fechado há duas semanas. Antes disso, a Vinci já havia criado do zero a Austral Seguradora e a

resseguradora de mesmo nome, com capital inicial de R\$ 25 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente.

O valor a ser investido para abrir restaurantes Burger King não foi revelado. Horta limita-se a dizer que, com os três negócios, o fundo ainda não chegou a comprometer 30% do capital. Daí pode-se especular que o investimento no Burger King gire em R\$ 400 milhões.

Embora seja um fundo de dez anos de prazo, Horta diz que o prazo médio dos investimentos, até a saída do fundo, deverá rondar cinco a seis anos. A casa assumiu o compromisso de aplicar todo o dinheiro em até cinco anos. "Mas acredito que os próximos dois anos a dois anos e meio serão de mais atividade para a fase de investimento."

No total, o portfólio deverá conter oito a dez negócios, ou seja, restariam outras cinco a sete transações. "Temos uma lista de negócios em análise bastante interessante", diz ele.

Horta diz que o momento do mercado acionário brasileiro é favorável à filosofia de aplicação do fundo. "É bom que a bolsa esteja de lado, porque tira a distração de curto prazo, o excesso de otimismo [do setor de private equity]", avalia. Segundo Horta, o fundo não tem como meta fazer investimentos de fôlego curto, para obter ganho rápido e sair via oferta de ações depois de poucos meses. "Nosso mote é criar valor, criar ganho de produtividade na empresa, e não necessariamente ser o controlador absoluto", explica. "Valorizamos quem criou a companhia e tentamos enxergar a possibilidade de melhorar o negócio", complementa.

Sobre os setores de interesse, Horta diz que são até "uma obviedade". "Queremos empresas ligadas ao crescente consumo interno e setores em que o país apresente vantagem competitiva."

## STF adia análise de ação contra emenda dos precatórios

17/06/2011- Valor Econômico

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou o julgamento ontem sobre a validade da Emenda Constitucional (EC) n 62, que alterou o regime de pagamento de precatórios - os débitos da União, Estado e municípios resultantes de condenações judiciais das quais não cabem mais recursos. A medida, que ficou conhecida como a "PEC do Calote", foi contestada no STF por ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das Associações Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Apesar de não ter avançado ontem, o possível julgamento pela inconstitucionalidade da norma preocupa os Estados. Isso porque, se o STF adotar esse entendimento, eles poderiam ser obrigados a pagar imediatamente suas dívidas.

Sancionada em 2009, a emenda estabeleceu o prazo de 15 anos para que a União, Estados e municípios quitem os precatórios ou destinem de 1% a 2% de sua receita corrente líquida mensal para o pagamento da dívida. A PEC também mudou o critério cronológico de pagamento dos precatórios, criando, por exemplo, leilões pelos quais os credores que oferecerem maior desconto recebem primeiro. A emenda modificou ainda a correção monetária dos títulos, usando como índice a caderneta de poupança,

pouco favorável ao credor. O adiamento do julgamento ontem foi proposto pelo relator do caso, ministro Ayres Britto, pela falta de quórum expressivo na sessão e o horário adiantado. Estavam ausentes os ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa.

A OAB considera a emenda "o maior atentado contra a Constituição e a democracia desde o fim do regime militar". Estima-se que as dívidas de precatórios da União, Estados e municípios totalizam R\$ 100 bilhões. O presidente da entidade, Ophir Cavalcante, afirmou as mudanças nas regras de pagamento violam os princípios da dignidade humana, da separação dos poderes (ao permitir que o Executivo altere critérios de correção definidos pelo Judiciário), da segurança jurídica e da coisa julgada.

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, reconheceu que o regime do precatório "não tem satisfeito nossa demanda por prestação jurisdicional", mas afirmou que o objetivo da emenda foi trazer um equilíbrio. Ele argumentou que o Estado tem que balancear o pagamento dos precatórios com obrigações em outras áreas - sem comprometer setores como educação e saúde, além da estabilidade econômica. "Temos que conviver com esses fatos de forma a dar uma solução pra produzir equilíbrios."

Ontem em São Paulo, durante a 29ª Reunião Ordinária Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (Gefin) - grupo de orientações técnicas do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) - foram debatidas alternativas de pagamento.

O advogado Gilberto Alvares, do Gilberto Alvares Advogados Associados, foi um dos convidados que apresentou um estudo jurídico sobre "o crédito substitutivo como solução alternativa para o pagamento de precatórios". Segundo ele, os técnicos das Fazendas estaduais demonstraram preocupação com os rumos do julgamento das Adins. Caso os ministros entendam ser inconstitucional o prazo de 15 anos, Estados e municípios podem ser obrigados a quitar imediatamente seus precatórios.

Segundo Alvares a preocupação dos Estados está além dessa questão. Isso porque há uma pressão crescente da sociedade para que essas dívidas sejam pagas. "Os entes federados não poderão mais ficar sentados vendo o problema avolumar-se e fingindo que ele não existe. Isso não está mais sendo aceito", afirma.

Uma das alternativas apresentadas por ele é que os Estados estruturem a dívida e façam um plano de pagamento. Seria o caso, por exemplo, da criação de fundos de investimentos, que queiram apostar em lucros a longo prazo, ao comprar esses títulos e se tornarem novos credores. Outra proposta seria a chamada dação em pagamento pela qual uma empresa credora de precatórios poderia utilizar esses valores para quitar tributos vinculados a projetos futuros de fomentos em obras de infraestrutura, por exemplo. Mais uma solução apresentada é a promulgação de leis que permitam a compensação de tributos devidos com precatórios, como já ocorre em alguns Estados como Alagoas, Distrito Federal e Rio de Janeiro.

De acordo com o advogado, o grupo deve desenvolver uma agenda nacional para aprofundar a discussão, principalmente com os Estados que possuem as maiores dívidas.

## CNI quer urgência em regulamentar terceirização

17/06/2011- Agência CNI

**Brasília** – A [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) quer urgência na regulamentação do trabalho terceirizado, informou a gerente de Consultoria Jurídica da instituição, Sylvia Sousa, ao participar, quarta-feira, 15 de junho, de audiência pública da Comissão Especial sobre Regulamentação do Trabalho Terceirizado, na Câmara dos Deputados.

Segundo ela, a ausência de regras claras sobre terceirização gera insegurança jurídica, torna o ambiente desfavorável aos negócios e deixa os trabalhadores desprotegidos. “Essa situação faz com que haja interpretações díspares da legislação, aumento dos conflitos e demandas judiciais”, alertou.

A gerente de Consultoria Jurídica da CNI elogiou o projeto de lei (PL) 4330/2004, aprovado semana passada na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP), que regulamenta a atividade terceirizada. Entre outras medidas, o PL 4330/2004 permite a terceirização de quaisquer atividades da empresa e estabelece a responsabilidade subsidiária da empresa contratante dos serviços terceirizados, como defende a CNI.

Sylvia Sousa explicou que a responsabilidade subsidiária ocorre no caso de descumprimento de responsabilidades trabalhistas pela empresa contratada. A empresa contratante só é acionada após comprovada a impossibilidade da prestadora de serviços cumprir com as determinações judiciais.

“A responsabilidade solidária, na qual os trabalhadores podem escolher entre processar a prestadora de serviço ou a empresa contratante, deve existir somente quando houver negligência da contratante na fiscalização da contratada”, propôs ela. O presidente da Comissão Especial sobre Regulamentação do Trabalho Terceirizado, deputado Sandro Mabel (PR-GO), conduziu a audiência pública, que teve a participação de representantes de entidades de classe empresariais e dos trabalhadores.